

Jornal da Classe TRABALHADORA

Edição Especial Mulheres – Março de 2023



MULHERES POR DEMOCRACIA, AUTONOMIA ECONÔMICA E EMPREGO DECENTE

Pela ratificação da Convenção 190 contra o assédio no mundo do trabalho e o fim da fome

Nas ruas e nas redes, as mulheres estão presentes nas lutas da classe trabalhadora e da população brasileira em defesa dos direitos, da democracia e contra todas as formas de discriminação e preconceito!

É assim que, cada vez mais, avançam na conquista de espaços na sociedade, com destaque para as que chegam a ocupar cadeiras em importantes cargos de direção nas empresas, no parlamento, nos governos e nas estruturas de direção de partidos políticos, movimentos sociais e entidades sindicais.

Do campo, da cidade, das florestas e das águas, as mulheres seguem com garra e determinação, lutando contra o machismo, a violência doméstica e todas as formas de assédio e pela descriminalização do aborto, reforçando a luta contra o patriarcado, o capitalismo e afirmando que o lugar da mulher é onde ela quiser!

Em tempos de ataques à democracia, as mulheres reforçam que golpistas, racistas, apoiadores da ditadura, da violência e da depredação de nossos patrimônios devem ser punidos, sem anistia!

Por um estado de São Paulo que respeite os direitos das mulheres

A vitória do presidente Lula nas eleições presidenciais de 2022 foi a mais importante conquista da classe trabalhadora brasileira em muitos anos – sendo que nós, mulheres trabalhadoras, fomos fundamentais para esse êxito.

Em São Paulo, no entanto, depois de anos de governos que já não priorizavam efetivamente as políticas públicas para as mulheres, um ex-ministro de Bolsonaro foi eleito governador prometendo reproduzir em nosso estado o modelo bolsonarista de governar – que, como sabemos, representou violentos ataques aos direitos das mulheres.

Apesar de a população feminina representar cerca de 51% da população total em SP e o estado ser o mais desenvolvido da federação, as mulheres paulistas ainda enfrentam um cenário de desigualdades econômicas e sociais, violência e descaso do poder público.

Como nos demais estados do país, as mulheres paulistas sofrem com a desigualdade salarial, o desemprego, a falta de creches, as jornadas duplas – frutos da divisão sexual do trabalho – além do preconceito e da discriminação no local de trabalho. No caso das mulheres negras, a situação é muito mais grave, já que elas sofrem por serem mulheres, por serem negras e as mais atingidas pela pobreza.

Além disso, um terço das mulheres relatam já ter sofrido algum tipo de violência por parte de seus parceiros. Em 2022, o número de mulheres vítimas de estupro em São Paulo foi de 12.615, o maior em 10 anos, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública. Ampliar os investimentos em políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres é fundamental para revertermos esse cenário, a começar pela ampliação das delegacias de defesa dos direitos da mulher com atendimentos 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Em 2023, as mulheres da CUT-SP vão continuar a luta pela equidade entre homens e mulheres, salários iguais para trabalhos iguais, direitos sexuais e reprodutivos, investimentos em saúde e educação pública como ampliação de vagas e do horário de funcionamento das creches públicas, promoção das mulheres na ciência, nas artes, na representação política e na gestão pública.

Basta! Não Irão Nos Calar!

Marcia Viana

Secretária da Mulher Trabalhadora da CUT-SP

Douglas Izzo

Presidente da CUT-SP

Pautas da classe trabalhadora: o que queremos!

Não bastassem os vários problemas enfrentados pelas trabalhadoras, as reformas feitas pelos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro pioraram a vida das mulheres trabalhadoras.

Aprovada em dezembro de 2016, a Emenda Constitucional (EC) 95 congelou por 20 anos investimentos públicos em áreas essenciais como saúde e educação.

Depois, a reforma Trabalhista, de 2017, aprofundou a precarização das relações de trabalho com

novas modalidades de contratação, jornadas de trabalho e remuneração com os contratos temporários, jornadas parciais e acordos entre patrão e empregadas com condições piores do que estabelecia até então a legislação, sem contar as medidas que enfraqueceram os papéis dos sindicatos e da Justiça Trabalhista.

Em 2019, veio a reforma da Previdência. Antes, as trabalhadoras que se aposentavam por idade tinham regras diferentes das que

valem hoje. Depois da reforma, a idade mínima para a aposentadoria da mulher sofreu um aumento progressivo de 6 meses a cada ano para chegar à idade final da nova regra, de 62 anos. Até 2019, a exigência de idade era 60 anos.

Pensando nessas mudanças, as centrais sindicais realizaram a Conferência da Classe Trabalhadora (Conclat), em 2022, e elaboraram um documento com propostas unificadas para tratar da pauta da classe trabalhadora. **Confira abaixo.**

Conheça algumas propostas do movimento sindical ao novo governo:

▶ Implementar um **marco regulatório de ampla proteção social, trabalhista e previdenciária** a todas as formas de ocupação e emprego e de relação de trabalho, com especial atenção aos autônomos, conta-própria, trabalhadoras domésticas, teletrabalho e trabalhadores mediados por aplicativos e plataformas, **revogando os marcos regressivos da legislação**

trabalhista, previdenciária, e reestabelecendo o acesso gratuito à justiça do trabalho.

▶ **Revogar a Emenda Constitucional 95** (teto de gastos), garantindo que o orçamento público cumpra a função de financiar as políticas públicas e investimentos, reduzir as desigualdades sociais e melhorar a vida da classe trabalhadora.

Um papo sério sobre o aborto



Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Precisamos promover discussões aprofundadas sobre a interrupção voluntária da gravidez, especialmente como um tema de saúde pública.

A CUT acredita que o aborto deve ser visto como um problema social, portanto, ser trabalhado a partir de um olhar voltado às políticas públicas. É um equívoco tratar isso como crime, punindo cada vez mais as mulheres.

Muito desse debate hoje perdeu sentido por causa de fanatismos. Cada indivíduo tem sua crença, mas o erro acontece quando uma religião busca impor seus valores a toda uma sociedade, que é plural e laica.

Segundo dados divulgados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2022 estima-se que 39 mil mulheres morrem em todo mundo e milhões são hospi-

talizadas com complicações causadas por abortos clandestinos, principalmente em regiões mais pobres. As mulheres jovens, negras e periféricas são as mais impactadas, com maiores chances de morrer durante o procedimento em comparação com as mulheres brancas.

São inúmeros os fatores que levam mulheres até essa decisão. Somado a isso, muitas gestantes não têm dinheiro, estão desempregadas, passam fome e são deixadas de lado pelo parceiro, pela família e pelo próprio governo.

A CUT defende a descriminalização do aborto, o que significa tirar essa prática da lista de crimes e avançar em discussões que envolvem especialmente a saúde pública.

As mulheres querem ser ouvidas. E muita coisa só será resolvida se pararmos de puni-las e construirmos um caminho seguro e gratuito para o aborto, permitindo a elas o controle sobre suas vidas e sobrevivência, ou seja, autonomia sobre o seu próprio corpo.

BASTA de assédio e violência no mundo do trabalho

Todas as pessoas devem ter o direito a um ambiente de trabalho livre de violência e assédio. Foi pensando nisso que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou o primeiro tratado internacional que aborda o assunto: a Convenção 190 e a Recomendação 206.

Só que o Brasil ainda não ratificou essa importante convenção. Ratificar esse instrumento significa adotá-lo como parte da lei nacional.

Aprovado em 2019, ele estabelece orientações e padrões legais para combater todos os tipos de violência no mundo do trabalho, o que inclui abuso físico, sexual, ameaças, coação, bullying e todo tipo de assédio moral.

A convenção 190 apoia trabalhadores e trabalhadoras dos setores público e privado, do campo e da cidade que atuam na economia formal e informal.

Ao ratificar essa convenção, o governo estará protegendo as mulheres trabalhadoras e, assim, irá fortalecer os sindicatos em suas negociações com as empresas. Desse modo, iremos garantir medidas mais efetivas para prevenir e combater a violência e o assédio no trabalho, construindo um ambiente realmente seguro, principalmente às mulheres.



FEMINICÍDIO

a cada dia, quatro vítimas

O crime de feminicídio - quando uma mulher é morta apenas por ser mulher - registrou alta no País nos últimos anos. Em 2022 houve recorde de crescimento no primeiro semestre, com 699 vítimas, média de 4 por dia. Em SP, dados da Secretaria de Segurança Pública revelaram 195 casos em 2022, também recorde.

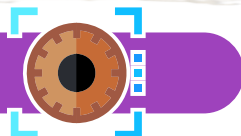
O estado registrou mais de 146 mil ocorrências de violência contra a mulher entre agosto/21 e julho/22; só nos últimos 3 meses de 2022, quase 60 mil. Para a CUT, são necessários investimentos para a prevenção, o combate à violência, além de uma educação voltada à igualdade, contra o machismo e a misoginia.



VOCÊ SABIA?

O Brasil é reconhecido internacionalmente pela Lei Maria da Penha, sancionada pelo presidente Lula, em 2006. Foi um marco no enfrentamento à violência contra as mulheres. Além dela, temos a importante Lei nº 8305, de 2014, sancionada pela ex-presidenta Dilma Rousseff em 2015, que tipifica o feminicídio como crime hediondo.

ESTAMOS DE OLHO



A associação Yanomami Hutukara denunciou em seu relatório diversos crimes em decorrência do garimpo ilegal nas terras indígenas. Como o aliciamento, estupro, gravidez de adolescentes e a morte de uma menina de 12 anos, vítima de estupro por garimpeiros.

As mulheres, meninas e crianças são as maiores vítimas dos ataques brutais contra os direitos dos povos originários. Exigimos justiça e a punição imediata dos responsáveis por cometer e espalhar tamanho terror contra a vida das mulheres indígenas. Basta de violência contra as mulheres!



Foto: Fernando Frazão, Agência Brasil

EXPEDIENTE: Presidente: Douglas Izzo; **Secretário-geral:** Daniel Calazans; **Secretário de Administração e Finanças:** Renato Zulato; **Secretário de Comunicação:** Belmiro Moreira; **Secretária da Mulher Trabalhadora:** Marcia Viana; **Jornalista responsável:** Vanessa Ramos (MTb 60878/SP); **Projeto Gráfico e Diagramação:** Maria Dias; **Pesquisa, colaboração ao texto e revisão:** Vanessa Ramos, Rafael Silva, Lucinei Paes, Maria Angélica Ferrasoli, Alexandre Trindade.

Elas são as principais vítimas do desemprego e da fome

O processo de desindustrialização avança no Brasil e traz entre suas consequências o aumento do desemprego. Segundo a Pesquisa Industrial Anual Empresa (PIA, 2020), divulgada pelo IBGE, em 10 anos o setor industrial perdeu 9.579 empresas, ou 3,1% do total. Isso resultou no fechamento de 1 milhão de postos de trabalho, atingindo fortemente as mulheres, em especial as trabalhadoras negras, principais vítimas do desemprego e da fome.

Mulheres estão mais sujeitas a trabalhos flexibilizados, ou “bicos”, sem direitos garantidos, têm renda menor em comparação aos homens e ao tentar se aposentar nem sempre conseguem comprovar os vínculos empregatícios pela precariedade dos empregos. Além disso, ainda sofrem discriminação pelo fato de serem

mães e pela equivocada ideia de que não são “provedoras” - uma grande mentira, pois respondem por praticamente metade dos lares brasileiros.

Com mais desemprego, também se tornam vítimas da fome, assim como os familiares que dela dependem. Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostrou que em 2021 o Brasil tinha cerca de 36% da população em situação de fome, mas, no caso das mulheres, o percentual chegava a 47%.

A CUT defende a industrialização com ampliação do emprego, trabalho decente e desenvolvimento sustentável, salários e direitos iguais. Além disso, políticas públicas que tenham na mulher a principal beneficiária, caso, por exemplo, do programa Bolsa Família.



Foto: Pedro Vilar/Getty Images

Trabalho decente só existe com igualdade de gênero



As mulheres ganham no geral menos do que os homens, mesmo exercendo função igual. Estão sujeitas ao desemprego e à informalidade e cumprem jornada dupla ou tripla, já que trabalham na semana horas a mais do que os homens. Ou seja, exercem sua profissão fora de casa e, ainda por cima, cuidam (na maior parte do tempo) dos filhos e dos afazeres domésticos praticamente sozinhas.

A CUT defende direitos e salários iguais para homens e mulheres que executam as mesmas funções. Além do apoio à maternidade, com creches, auxílio para a educação e cui-

dados com as crianças; licença-maternidade de 180 dias e licença-paternidade, para estimular as relações compartilhadas e a justa divisão de tarefas.

Todas essas condições passam pelo conceito de ‘trabalho decente’: aquele que promove oportunidades para que homens e mulheres possam atuar num ambiente produtivo e de qualidade, gozando de liberdade, equidade, segurança e dignidade.

O trabalho decente é, assim, fundamental para a superação da pobreza e da redução das desigualdades sociais, e considerado uma garantia

da governabilidade democrática e do desenvolvimento sustentável.

Mesmo com mudanças significativas em políticas públicas durante os governos de Lula e Dilma Rousseff, a igualdade de gênero ainda é um tema que precisa avançar na sociedade.

É fundamental que o assunto seja abordado de forma aprofundada envolvendo governos, sindicatos e patrões. As empresas devem ser incentivadas a promoverem ações cotidianas que garantam a igualdade, a equidade, a eliminação do racismo e a garantia de direitos humanos nos locais de trabalho.